

São Luís: o retorno da historiografia francesa à biografia

Georgina Silva dos Santos *

Resenha do Livro: São Luís, de Jacques Le Goff, Tradução de Marcos de Castro, Rio de Janeiro, Record, 1999, 862 páginas.

Escrito muitas vezes por jornalistas, historiadores diletantes e personalidades de sucesso na mídia televisiva, o gênero biográfico migrou, nas últimas décadas da centúria passada, das salas de excelência acadêmica para as bancas de jornal, deixando, assim, as bibliotecas universitárias, para juntar-se aos folhetins de gosto popular. Tornou-se um suporte para a reparação de calúnias, uma arma contra juízos maldosos ou, ainda, um instrumento para afirmação de celebridades em busca da notoriedade. A trajetória não transcorreu, porém, sem perdas e danos. O rigor antes imposto à biografia histórica, atenta à constituição de um *corpus* documental homogêneo e imbuída da preocupação de garantir ao dito e ao escrito o estatuto de “verdade”, deu lugar à satisfação narcisista. E, como tal, libertou-se das exigências impostas por um saber que se pretende científico.

Fruto de um tempo onde o “declínio do homem público” cedeu espaço às “tirantias da intimidade”, em que a vida pública e a vida privada se confundiram e os assuntos pessoais ganharam publicidade, obedecendo à extrema valorização do *self*¹, as biografias de ocasião tomaram a cena, submetendo-se aos interesses políticos e aos comerciais. Obras abertas, passíveis de interferência no tempo vivido, mas nem sempre chaves para abertura do portal que conduz à imortalidade, seus argumentos apresentam o percurso da bela moça pobre que ascendeu à fama, os caminhos de um profeta político incompreendido, as peripécias do menino que se tornou célebre na arena desportiva.

* Professora do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense e Doutoranda em História Social das Idéias, pela Universidade de São Paulo.

¹ Rochard Sennett, *Declínio do Homem Público*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

Negligenciada pelos historiadores, que seguiram de perto a convocação da Escola dos *Annales*, a biografia histórica padeceu durante décadas das fraquezas geradas por uma terra árida e abandonada. Com o intuito de fazerem-se apartar do ranço positivista, que trazia à luz apenas os estudos institucionais e os grandes vultos da pátria, os estudiosos irrigaram outros campos do saber histórico, a fim de valorizar as estruturas econômica e mental. O saldo, sabe-se de velho, revolucionou a historiografia nos dois lados do Atlântico.

Mais visível no Velho Mundo do que nas Américas, a ênfase atribuída àquelas investigações gerou uma baixa significativa nos trabalhos em história política. Entre os anos sessenta e setenta do século XX, avalia Robert Darton², a produção americana ressentia-se da redução de artigos e teses destinados às relações internacionais, embora o quadro geral indicasse que metade das publicações em periódicos fosse sobre história política. Na Europa, a Nova História Francesa, filha diletta do movimento capitaneado por Marc Bloch e Lucien Febvre, apresentava-se vitoriosa e anunciava “novos métodos”, “novos objetos”, “novas abordagens”, enfim, outros interesses. Mas os estudos que abarcaram a longa duração e os ciclos e os interciclos do tempo médio também fizeram falar as ausências. Assim, Georges Duby, um de seus maiores expoentes, ateu-se aos acontecimentos que envolveram a memorável Batalha de Bouvines³, retomando, com justeza, um espaço de reflexão para o tempo curto.

Nessa esteira, distante daquela leva de dizeres que evidenciam o empobrecimento da vida cívica, a biografia de *São Luís (1214-1270)*, escrita por Jacques Le Goff, retoma a importância do gênero biográfico e retira-lhe as manchas de bolor. Lançado em 1996, pela editora Gallimard, e elaborado pelo medievalista francês ao longo de quinze anos, o livro convida ao encontro com uma narrativa de fôlego e reinsere no panorama historiográfico contemporâneo uma personagem política e seu universo de atuação. Um monarca santo, que, segundo o autor, é, por razões ideológicas, geográficas e cronológicas, “a mais central das personagens da cristandade do século XIII”⁴: seja porque encarnou as teorias da teologia-política medieval e respondeu aos ditames religiosos de uma Igreja Reformada, seja porque o epicentro de seu reino era Paris, a mais rica e populosa cidade da cristandade, seja porque viveu seus cinquenta e seis anos na centúria posterior ao desenvolvimento econômico, artístico e urbano, promovido pelo século XII, e anterior à crise que marcou o outono da Idade Média, no trezentos.

Lembrando que a documentação determina a ambição e os limites de um tema de pesquisa, porém munido de hagiografias, crônicas, relatos de viajantes, cantigas, diplomas e cartas da chancelaria régia, ordenações promulgadas por Luís IX, depoimentos das testemunhas em seu processo de canonização e de sua lista de milagres, Le Goff propõe-se uma *biografia total*. Destacando que o método biográfico, mais ainda do que os outros métodos históricos, tem compromisso com *efeitos do real*, recorda que o biógrafo precisa identificar no

² Robert Darton, *O Beijo de Lamourette*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

³ Georges Duby, *O Domingo de Bouvines – 27 de julho de 1214*, São Paulo, Paz e Terra, 1993. A tradução brasileira é relativamente recente, mas a obra foi publicada pela Gallimard em 1973. O medievalista faleceu em 3 de dezembro de 1996, aos setenta e sete anos.

⁴ *Id.*, *ibid.* p. 19.

material de que dispõe, em função da familiaridade com as fontes e com o tempo em que vive sua personagem, os elementos que introduzem uma convicção razoável da verdade histórica⁵. Atento a esse princípio, evitará o cunho anedótico, superficial e psicologizante, que o gênero muitas vezes assume e o torna responsável pelo entendimento do passado como uma entidade exótica.

Composta por três partes, a obra apresenta, em primeiro plano, os atos vistos, vividos e sofridos por São Luís. Trata-se propriamente da biografia do rei, como Le Goff a concebeu. A segunda parte encerra um ótimo estudo crítico sobre a produção da memória da personagem e problematiza com elegância a evolução da noção de “indivíduo”, ao longo da Idade Média. Finalmente, na parte terceira, o medievalista explora as perspectivas que fazem de Luís IX um rei ideal e único no século XIII.

O nascimento, a coroação, a partida para as cruzadas, o casamento, a morte e a canonização do neto de Filipe Augusto, o herói de Bouvines, são os principais marcos que orientam a construção da biografia escrita por Le Goff. Em suas mãos, esses episódios não são apenas acontecimentos circunscritos aos interesses da coroa francesa, também são pretexto para que se possam observar os poderes religiosos conflitantes durante esse reinado, o perfil das monarquias concorrentes, o comportamento do baronato francês, suas táticas de agressão e suas provas de fidelidade. São também motivo para que se conheça um olhar ocidental sobre sarracenos e tártaros, ou que se perceba a fragilidade do poder régio, quando o legítimo herdeiro é uma criança, e sua mãe exibe, em seus anos verdes, uma viuvez prematura. Permite, ainda, que se constate a febre do comércio das relíquias e o estágio quase selvagem do sentimento religioso, desperto diante de um corpo régio excepcional, por acreditar-se ter marcado sua memória com o desprezo aos desejos da carne, o respeito aos jejuns e o desdém pelo conforto e pela beleza das peles e dos tecidos reluzentes. Assim, o autor não poupa o leitor do encontro com as cenas macabras que têm lugar após o falecimento do rei, onde suas carnes e ossos são separados por fervura, para atender às possíveis benesses advindas de uma santidade que iniciara há muito sua construção e que não tardaria a encontrar fiéis e advogados.

Analisando unção e coroação, atos diante da Igreja, medidas legislativas, ações de jurisprudência, práticas devocionais, resoluções em prol da manutenção e do desenvolvimento da universidade, o ímpeto de libertar a Terra Santa do domínio dos infiéis, Le Goff destrincha as teias que conduzem às muitas faces que formam o personagem-título. Em sua biografia, São Luís não é apenas o monarca que cunhou moedas de ouro, “o rei da prosperidade econômica e da riqueza financeira”. É o “rei menino”, o “rei cavaleiro”, “o primeiro rei a levar à morte hereges condenados pela Inquisição”, “o primeiro capetiano legislador”, “o rei justiceiro”, “o rei pacificador”, “o rei feudal”, “o rei devoto”, “o rei das relíquias”, “o rei escatológico”, “o rei das flores-de-lis”, “o rei Sol”, “o rei da escrita”, “um cruzado tradicional”, “o rei guerreiro”, “o rei da derrota” e, ainda,

⁵ *Id. Ibid.* p. 28

“o rei sofredor”, “o rei-Cristo”, “o rei-hóstia”, “o rei santo”, “o rei taumaturgo”, “o rei sagrado”⁶.

Provenientes de uma interpretação calçada por uma recolha exaustiva de fontes manuscritas e impressas, cotejadas e contrapostas, as muitas categorias, que se concentram à volta dessa figura política, costuram sua estampa régia e a inserem na memória da monarquia francesa. Contudo, não seriam desvendadas sem uma minuciosa crítica externa, que anuncia os lugares de produção, circulação e apropriação dos discursos sobre São Luís. Desse modo, Le Goff procura, antes de tentar definir o temperamento ou o caráter individual dessa personagem histórica, confrontar o que os contemporâneos diziam de seu comportamento com as categorias éticas de sua época e o arsenal conceitual dos autores de seus retratos literários⁷.

Rastreado com argúcia os lugares de enunciação, de onde partem as várias versões elaboradas pelos memorialistas do padroeiro da França, o medievalista desvenda os objetivos que lhe permitiram tantas adjetivações e qualificativos. Observa, com efeito, que coube aos hagiógrafos dominicanos e franciscanos a ênfase às suas características devocionais; em parte, porque o rei aderiu à prédica das ordens dos pregadores e lhes facilitou a fixação no reino, em parte, porque ambos os lados tinham o mesmo projeto político: servir-se do poder para uma reforma religiosa e moral da sociedade⁸. Nesses circuitos, sua imagem revelou-se como um rei-modelo para os outros soberanos, como um rei-sol, como um rei cristão ideal.

Na seqüência, demonstra que os discursos ligados ao setor universitário elegeram-no como o “rei das flores-de-lis”, pois, com as duas folhas – a da instrução e da cavalaria e a da fé e da força – manteve a terceira e deu coerência ao conjunto: a ciência⁹. Na fala dos viajantes, que o descrevem desde muito jovem, é o “rei-menino”, inseparável da rainha Branca de Castela, a mãe, cujo rosário de desgraças insistiram em enfatizar. Verifica que, para essas vozes, destinadas aos ouvidos de outros monarcas, Luís IX foi tomado apenas como um rei mais piedoso, mas nem por isso mais extraordinário.

A biografia revela que São Luís também figurou nos *exempla*. Utilizado para animar os Sermões, com a finalidade de comover o auditório e acordá-lo para o dever de proteger a alma contra os perigos do inferno, o *exemplum* não passava de um “artifício escatológico”¹⁰, ao qual as práticas e as obsessões devocionais do rei serviram como diadema. Por isso, neles foi o monarca destinado à excepcionalidade. Segundo consta, os sinais deram-se na infância, visto que, ainda menino, exibia um comportamento precoce. O medievalista identificou nessas fontes um *topos* dessa literatura, que enxergava os sinais de santidade na maturidade de uma criança. Extraordinário aqui, e um “rei cavaleiro” ali, no círculo dos menestréis. No universo desses artesãos da palavra, com os dois pés calcados na tradição oral, cujas cantigas e historietas

⁶ As expressões encontram-se nas páginas 53; 70; 84; 102 e 341; 59; 205, 215, 218 e 291; 62, 193, 238; 112, 115 e 130; 317; 285 e 378; 300-321; 166; 405-761; 168; 747, 755, respectivamente.

⁷ Jacques Le Goff, *op. cit.*, p. 409.

⁸ *Idem*, p. 300.

⁹ *Idem*, p. 317.

¹⁰ *Idem*, p. 324.

desenvolveram sempre um diálogo estreito entre a cultura folclórica e a erudita¹¹, ele pôde também mostrar-se choroso e descontente, diante da morte de entes queridos.

Fiel ao conceito de história-problema e também atento à importância de considerar, na narrativa da vida de uma grande personalidade, os acidentes de percurso e os encontros com o azar, portanto, longe de cometer o que Pierre Bourdier chamou de *ilusão biográfica* – aquela que elimina do conteúdo narrativo os dissabores e as vergonhas – o medievalista sublinha em seu livro o depoimento de Joinville, senescal da casa real, no reinado de Luís IX, e já octogenário, quando compõe, a pedido da rainha Joana de Navarra, sua *História de São Luís*.

Escrito a pedido da mulher de Filipe o Belo, neto de São Luís, o relato se pretende definitivo e tem a chancela da realeza francesa. Embora de cunho oficial, evidencia nódoas e traz à baila um homem de emoções fortes, atrapalhado entre as tentações e os escrúpulos exigidos pelas proibições da Igreja. Nessa fonte, os elementos que integram aquele jogo de espelhos à volta de Luís IX juntam-se também às suas alegrias e fraquezas. Inspirada pela memória afetiva de uma amizade, onde a cumplicidade e o companheirismo tiveram lugar, essa versão revela um monarca imprudente no embate contra os infiéis, negligente na atenção dispensada aos filhos e à rainha Margarida, sua mulher. Deixa ver um homem que se abandona à tristeza, com a morte da mãe e do filho, mas que também é capaz de grandes gargalhadas e mostra presença de espírito diante dos comentários hilariantes do amigo¹².

Conhecedor da Idade Média como poucos, Le Goff esclarece essas revelações, que, a princípio, seriam lidas como contraditórias por incautos, visto que incorporam o dossiê de canonização do rei. Na verdade, a despeito dos arroubos emotivos e das imprudências diante de perigos, São Luís atendeu a uma expectativa de santidade formulada pelo século XIII. Sabe-se que não fez milagres em vida, mas, segundo a tradição, impôs-se gestos e ações meritórios aos olhos de seus contemporâneos e das gerações futuras, pois patrocinou obras pias e arriscou a vida para manter viva a fé. Se secundarizou o papel da esposa em seu laços afetivos, não o fez sem que a leitura corrente das Escrituras e a misoginia reinante o permitissem. Se expulsou prostitutas dos limites de seu reino, também não o fez sem iluminação da moral católica dominante, se impôs aos judeus o uso de emblemas de identificação, obedeceu a um anti-semitismo corrente em seu tempo. É certo que quaisquer dessas medidas, ao ganharem a rubrica régia, se tornaram oficiais e encorajaram a exclusão desses segmentos. Mas, repare-se que não foram tomadas, pelo corpo social, como aberrações. Note-se que nem tampouco o choro do rei, diante da morte de um guerreiro, companheiro de batalhas, braço forte e indispensável na manutenção e na realização de conquistas, foi tomado como um ato reprovável e vexatório. Foi, antes, uma emoção consentida e estimulada socialmente pelos setores laicos, particularmente a cavalaria.

¹¹ *Idem*, p. 342.

¹² *Id. Ibid.* pp. 417- 441.

São Luís, de Le Goff, é, por tudo que se disse, um título de peso. Exaustivo em sua análise, generoso em informações sobre o período, rico em dados bibliográficos clássicos e recentes. É, por certo, rebento de um trabalho de gestação lenta. Sua extensão, no entanto, implica em que muitas vezes o autor reintroduza idéias já desenvolvidas, ou que um leitor mais próximo do conjunto de sua obra enxergue semelhanças com livros e artigos anteriores. No entanto, o que pode contribuir para minar as expectativas de novidade da edição também é razão para que se identifique nessas páginas um autor, cuja estrutura narrativa é sempre em espiral, em que, a cada conto, aumenta um ponto. *São Luís* é, mesmo, Le Goff, em sua forma e em seu conteúdo.